



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

AS CONTRARREFORMAS DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: TENDÊNCIAS ATUAIS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

ALANE KARINE DANTAS PEREIRA¹

RESUMO:

O trabalho é uma reflexão teórica sobre as contrarreformas no Serviço Público Federal, com ênfase nas medidas de ajuste fiscal, intensificadas a partir de 2016. O estudo revela tendências regressivas no Serviço Público, como o novo arcabouço fiscal; avanços das terceirizações e a extinção de cargos públicos. O trabalho também analisa a resistência da classe trabalhadora frente a esse processo.

Palavras-chave: contrarreformas; ajuste fiscal; Serviço Público Federal.

ABSTRACT:

The work is a theoretical reflection on the counter-reforms in the Federal Public Service, with an emphasis on fiscal adjustment measures intensified since 2016. The study reveals regressive trends in the Public Service, such as the new fiscal framework, advances in outsourcing, and the extinction of public positions. The work also analyzes the resistance of the working class in response to this process.

Keywords: counter-reforms; fiscal adjustment; Federal Public Service.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um desdobramento de estudos realizados na área de Fundo Público e Seguridade Social, durante a trajetória acadêmica, e também reflete inquietações vivenciadas no cotidiano da prática profissional na Rede Federal de Educação e na militância sindical. Dito isso, este trabalho resulta da articulação dessas três dimensões, imbricadas entre si: pesquisa; prática profissional e militância política.

Analisar a conjuntura é uma tarefa elementar para compreender as mudanças em curso e traçar estratégias para as lutas da classe trabalhadora. Somente a compreensão sobre o modo de produção e reprodução do capitalismo nos possibilita entender o cenário atual.

Nessa perspectiva, desdobram-se os seguintes questionamentos sobre a temática proposta nesse estudo: Qual o contexto político, econômico e social que intensificou o processo de contrarreformas no Serviço Público? Quais os impactos desses ataques para o Serviço Público Federal? Quais as estratégias de luta que devemos travar contra o desmonte dos Serviços Públicos?

1.1. Elementos introdutórios sobre as contrarreformas no Serviço Público Federal;

Historicamente o capital tem justificado seus cenários de crise no suposto “inchaço” do funcionalismo Público, e conseqüentemente imprime uma série de contrarreformas para desmontar, precarizar e diminuir o Serviço Público.

Os anos 2016, com a ascensão do MDB na presidência, através do golpe de Estado, essas medidas foram acentuadas a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos o orçamento para as Políticas de Saúde e Educação. A EC 95 constitui-se como a base para uma série de outros ataques que foram implementados posteriormente, cabe citar alguns deles: Reforma trabalhista; Reforma da Previdência Social; as Reformas no âmbito da Educação que visam precarizar ainda mais a área (Reforma do ensino médio; a militarização da Educação; a censura sobre a liberdade de ensino; e as medidas que surgiram no contexto da pandemia, que fizeram avançar o Ensino à distância e/ou de forma híbrida e os Programas de Gestão do teletrabalho).

Aliada a essas medidas supracitadas, e com o mesmo discurso que aprovou a PEC dos gastos, a Reforma trabalhista e da Previdência, de que era preciso reformas para o “Brasil

crescer” - erguido pelo Ex-Ministro da economia, Paulo Guedes - em 2020 passou a tramitar no Congresso a Reforma Administrativa, através da PEC 32, que tinha o objetivo de desobrigar o gasto público e destruir o funcionalismo público².

Esses ataques ao serviço público, de acordo com Behring (2010) estão associados à dinâmica de ajuste fiscal permanente, que se aprofunda com a aprovação da EC-95, e com as contrarreformas do Estado.

O governo Bolsonaro (2019-2022), através do seu Ministro da Economia Paulo Guedes, se esforçou ao máximo para avançar no processo de redesenho do Estado Brasileiro, através da privatização do Estado; na redução drástica de investimentos públicos; e no desmonte do Serviço Público.

O governo do Partido dos Trabalhadores, durante os treze anos que esteve no poder, antes do avanço da extrema direita no País, cumpriu de forma desacelerada a agenda do capital, por isto Dilma Rousseff (Presidente da República à época) foi destituída do cargo, através de um grande golpe parlamentar, sendo substituída pelo então vice-presidente, Michel Temer, em 2016. O cenário que se colocou, a partir de então, foi de uma maior acolhida aos interesses da burguesia e a intensificação da retirada de direitos da classe trabalhadora.

Em pouco tempo foi alterada a Constituição Federal/88, através de Emenda Constitucional, onde os investimentos com Saúde e Educação foram congelados por 20 anos (EC-95): Os gastos federais, com exceção do pagamento de juros sobre a dívida pública, ficam limitados a um teto definido pelo que foi gasto no ano anterior, reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além da EC-95, outro golpe sobre a classe trabalhadora foi a aprovação da reforma trabalhista, que sob o falso pressuposto da “liberdade de negociação entre patrões e empregados”, ocultam a pior face do processo de exploração dos/as trabalhadores/as. Ainda no governo MDB há um esforço considerável para aprovação da Reforma da Previdência, que acabou sendo aprovada pouco tempo depois, no início do governo Bolsonaro, que condena milhares de brasileiros a trabalharem até a morte.

O governo Bolsonaro apresentou uma proposta de destruição programada do Serviço Público. O Plano mais Brasil, juntamente com a Reforma Administrativa, apontava para essa destruição.

² A PEC 32 saiu da pauta de discussão (frente à resistência das organizações da classe trabalhadora) e foi anunciada, em maio de 2023, através do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/Al), sobre a pretensão de retomada de sua votação.

A PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, busca acabar com o Regime Jurídico único, regulador da relação entre os trabalhadores e a administração pública. Baseada no argumento da “governança eficiente”, a proposta representa um verdadeiro desmonte do Serviço Público em todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal), uma vez que dificulta o acesso à estabilidade; cria avaliação de desempenho; retira progressões por tempo de serviço; amplia a possibilidade de contratos temporários, além de possibilitar as privatizações do Serviço Público.

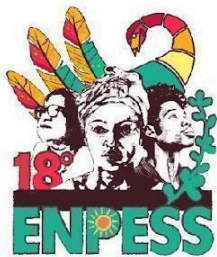
Esse conjunto de medidas se intensificaram no cenário de crise sanitária provocada pelo coronavírus. É certo que a economia mundial já vivenciava um contexto de crise antes do surgimento do COVID-19, no entanto, a pandemia colocou contornos drásticos para a crise do capital, e as medidas para reversão desse processo tem se traduzido em retrocessos para os trabalhadores e para o Serviço Público.

Com a necessidade do isolamento social, implementou-se, em setores públicos e privados, uma nova lógica do trabalho, através da condição *remotal home office* e o que mais tarde se transformaria em Programa de Gestão e Desempenho, que passa a regulamentar o teletrabalho em esferas do Serviço Público. Distante de se configurar como um “privilegio” os trabalhadores executarem suas tarefas de sua residência, essa modalidade representa uma precarização ainda maior das condições de trabalho, sobretudo para as mulheres.

Atualmente tais reformas vêm caminhando juntas, como “peças de um quebra-cabeça”, que percebidas na história vão se encaixando à medida que avança a crise do Capital. Em 2017 a Reforma trabalhista é aprovada, permitindo um verdadeiro desmonte das relações de trabalho e dos direitos trabalhistas; pouco tempo depois é aprovada a EC-95 que reduz drasticamente os gastos públicos.

Em abril de 2018 aconteceu a maior greve geral dos últimos anos contra a Reforma da Previdência. Convocada pelas Centrais sindicais, trabalhadores/as de diferentes categorias (Ferroviários, metroviários, rodoviários, servidores públicos) fizeram piquetes, bloqueios de rodovias e foram às ruas protestar contra o conjunto de reformas que atacavam os trabalhadores. As 24 horas de paralização da economia provocaram efeitos negativos para o capital, no entanto, as lutas sociais significaram apenas um recuo da aprovação da Reforma da Previdência, que foi aprovada, posteriormente, sob a égide do governo reacionário de Jair Bolsonaro.

Em 2020, surgem novas propostas de Reformas no Serviço Público, algumas de modo específico para a Política de Educação. A Reforma do Ensino Médio e a Reforma Administrativa estão completamente alinhadas com a EC-95.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Cumprir destacar as análises seguintes: A Educação, forçada a implementar uma reforma que precariza o Ensino básico, e sem orçamento para garantir uma Política de qualidade, formalizará parcerias com o setor privado, e irá contratar trabalhadores através do processo de mercadorização dos serviços públicos, destacado por Araújo (2022), tudo isso em um ambiente de intensa competitividade entre os trabalhadores.

Entendemos que as contrarreformas no Serviço Público já fazem parte do cenário brasileiro desde a década de 1990, e que são expressões do modo como o capital reage às crises. No entanto, após o golpe e o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, essas contrarreformas ganharam novas configurações.

Diante dessa articulação de medidas que visam desmontar o Serviço Público, nos interessa compreender quais as tendências presentes no processo de avanço das contrarreformas do serviço público e quais as implicações para os/as trabalhadores/as da Educação.

2. AS INFLEXÕES DA CRISE CAPITALISTA SOBRE OS SERVIÇOS PÚBLICOS

De acordo com Gênese (2019), em 1997 tínhamos treze (13) atividades terceirizadas no serviço público, em 2018 esse número passou para trinta e uma (31). Se em 2002 o governo federal gastava 857 milhões com terceirizações, em 2006 isso passa para 1,6 bilhões, chegando a marca dos 4,3 bilhões em 2012 chega a 4,3 bilhões.

Esse processo aponta algumas tendências: terceirizações, restrição de concursos e intensificação do trabalho daqueles que ficam. Para compreender esse processo, se faz necessário entender o avanço dos processos de crise na dinâmica do capitalismo, e quais os contornos dados por esse modo de produção aos momentos de queda da taxa de lucro.

Sendo o capitalismo um modo de produção que se reproduz na totalidade da vida material, ele não se apresenta como um modelo estável, adaptável da mesma maneira em qualquer período histórico, ele se modifica em consonância com a necessidade da valorização da propriedade privada, obtida pela extração da mais-valia.

Para Marx (2017), esse modo de produção é também permeado por crises, pois à medida que se esforça, ao máximo, para reduzir trabalho vivo e incorporar trabalho morto, na tentativa de se apropriar do excedente econômico, provoca desemprego, o que, por sua vez, ocasiona estoque de mercadorias e crises de superprodução.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sabemos que as crises fazem parte da natureza do modo de produção capitalista, Marx nos apresentou um genial esboço sobre a lei geral da acumulação; segundo suas análises, o capital, ao longo da história, vai tentar reduzir o máximo de trabalho vivo e incorporar o trabalho morto na tentativa de se apropriar do excedente do trabalho humano, ou seja, de aumentar a mais-valia.

No entanto, a substituição do trabalho humano pelas máquinas ocasiona desemprego; o que, por sua vez, provoca um estoque de mercadorias. As crises, então, se constituem como um entrave entre a acumulação e a expansão do capital.

Ao contrário do que muitos pensam, no sistema capitalista, as crises econômicas não são eventos que podem ser evitados, à medida que a causa está no coração do próprio sistema. Com a busca do lucro servindo de bússola e meta para os investimentos e a apropriação privada da riqueza coletivamente produzida como meio para realizar este objetivo, a ação do governo e dos empresários contribui, no máximo, para adiar ou antecipar as crises, mas não impede que elas ocorram. (GENNARI, p. 2, 2020)

O capital, através de suas formas de se reinventar, sempre apresenta respostas para tentar reverter cenários de crise. Historicamente, esse modo de produção vem criando condições para generalização de sua lógica de acumulação, fato que se verifica no âmbito das privatizações das políticas sociais, no recrudescimento do ajuste fiscal, no desmonte dos direitos sociais, na abertura para o capital privado e no enxugamento dos serviços sociais.

Em 1970, quando uma longa onda recessiva de crise do capital, fase caracterizada por Mandel (1982), ocasionou uma série de mudanças nas formas de governo e de regulação da vida em sociedade. Os efeitos sobre as políticas sociais nesse novo formato do Estado aparecem na redução das políticas de caráter universal, na incessante privatização da gestão dessas políticas e na desregulamentação dos direitos sociais. O capitalismo, frente a esse contexto, passa a adotar uma política que endossa um novo modelo de produção baseado na flexibilização dos processos de trabalho, caracterizado pelo investimento na financeirização do capital, informatização e redução drástica dos postos de trabalho, ocasionando com isso, expansão do progresso econômico, aumento da pobreza, da desigualdade social, do desemprego e dos baixos salários.

No Brasil, apesar do capitalismo já manifestar sinais de crise na década de 1970, diferente dos outros países, as orientações neoliberais só passaram a ganhar solo fértil aqui a partir da abertura democrática iniciada nos anos oitenta.

Nesse momento (1980), o país já enfrentava as consequências da crise do endividamento externo. Uma dívida que se inicia nos anos 1970, em plena ditadura militar, sem nenhuma transparência. Naquela década (1970), houve uma oferta considerável de recursos, resultante,

principalmente, do fim da paridade dólar/ouro que os Estados Unidos se comprometeram em 1944, quando incentivaram países a fazerem suas trocas internacionais, investimentos e reservas na moeda americana dólar, afirmando que esta era equivalente ao ouro – que Marx caracterizou como dinheiro universal, podendo ser trocado por qualquer outra mercadoria – No entanto, em 1971, Richard Nixon, Presidente dos EUA naquele momento, anunciou o fim da paridade, tal fato ocasionou uma queda do padrão dólar, especialmente pela grande emissão de moeda. Diante desses fatores, os EUA e outros países passaram a oferecer empréstimos com taxas relativamente baixas em um período extenso de carência, entre quatro a cinco anos. Em 1979 quem passa a controlar esses empréstimos são os bancos, a partir de então, as taxas iniciais de juros de 4% ao ano foram elevadas a 20,5%, processo que acabou provocando crise em vários países Latino Americanos em 1982, como aponta Fatorelli (2015).

O Brasil, já endividado, recorre ao FMI. Nossa primeira carta firmada com o fundo monetário foi em 1983, quando a entidade apresentava como critério para as concessões de crédito o corte dos gastos sociais, o incentivo às privatizações, medidas tributárias e primava pela renegociação da dívida brasileira com os bancos privados credores, na perspectiva de que toda a dívida - pública e 70% da privada – fossem assumidas pelo banco central. Frente à crise que se instaurava no país nos anos 1980, as esperanças parecem ser renovadas nas eleições para presidência, em 1989, quando Lula e Collor de Melo disputaram as eleições. Os dois candidatos apresentavam projetos antagônicos, embora ambos afirmassem uma forte rejeição ao passado, a classe dominante não tinha representante no momento.

As eleições foram para o segundo turno e quem saiu vencedor foi Collor de Mello. Quando assumiu a presidência, priorizou no seu plano de governo o controle imediato da inflação, articulado à gestão da dívida, através de medidas de orientação neoliberal. Collor opta por reformas estruturais e inicia um programa de privatizações, além de incentivar a entrada do mercado externo aqui no Brasil. Na verdade, os planos de governo de Collor não deram certo devido aos seguintes fatores que Behring (2003) aponta: a liberalização comercial sem o controle da diversificada economia; o fracasso da reforma administrativa que objetivou reduzir o setor público; o corte de subsídios agrícolas, ocasionando a queda da safra 1990-1991 e as infelizes medidas contra a hiperinflação.

A partir dos anos 1990 a ofensiva neoliberal avança no País. Essa conjuntura representa um retrocesso nas conquistas populares dos anos 1980. As políticas de orientação neoliberal, consagradas pelo Consenso de Washington, apresentavam como características um conjunto de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

regras, relativamente padronizadas a serem aplicadas em diferentes países e regiões, na tentativa de obter apoio econômico e político dos países centrais e dos organismos internacionais, o objetivo principal era manter a estabilização aliada a políticas liberalizantes. Fernando Henrique Cardoso (sucessor de Itamar Franco, vice-presidente de Collor de Melo, afastado da Presidência através de impeachment) encaminhou um governo fiel ao neoliberalismo, quando colocou a reforma do Estado como central na sua gestão através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, criado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), na gestão de Carlos Bresser Pereira, este documento vai se configurar ao que Behring (2021) denomina como “documento orientador de período”.

Essas políticas de liberalização financeira com ênfase na privatização, tem recomendações nos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que passam a orientar os Estados na implantação da contrarreforma. Essas medidas objetivam atingir o poder dos sindicatos, tornar possível a ampliação da taxa natural do desemprego, defendendo uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduza os impostos sobre altas taxas de renda, favorecendo a elevação das taxas de juros. (IAMAMOTO, 2007).

De tal forma, identificamos que esses organismos passaram a orientar os governos sobre a minimização do Estado com relação aos gastos sociais, incentivando políticas de caráter focalista em ações pontuais da pobreza, dando prioridade ao setor privado. O Banco Mundial ratifica que muitos países em desenvolvimento que desejam reduzir a magnitude de seu desmesurado setor estatal devem conceder prioridade máxima à privatização. (BANCO MUNDIAL, 1975, p. 7).

Esses organismos também têm influenciado diretamente a Política da Educação no Brasil, um exemplo disso foi o acordo firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e o BIRD/BM para financeirização da implementação do Novo Ensino Médio, com a viabilização de empréstimo no valor de 250 (duzentos e cinquenta) milhões de dólares, a ser pago pelo governo brasileiro, até 2037, com a contrapartida de 1.327.000.000,00 (um bilhão, trezentos e vinte e sete) milhões de dólares. (Deitos; Fornari, 2021).

Fica explícito que essas organizações – BM e FMI – propõem, para o crescimento econômico, o controle dos gastos públicos e a geração de superávits primários nos países chamados periféricos, para saldar os juros da dívida pública. Foram essas políticas macroeconômicas que deram sustentação ao Plano Real e defenderam, em 1994, a criação de um Fundo Social de Emergência (FSE), que acabou sendo instituído através de Emenda



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Constitucional. Através desse fundo permitiu-se, inicialmente, a desvinculação de 20%³ dos recursos destinados às Políticas que compõem o Sistema de Seguridade Social. O FSE foi substituído pelo Fundo de Estabilização Fiscal que, posteriormente, criou a Desvinculação de Recursos da União (DRU), constituindo o que Boschetti e Salvador (2006) denominaram de perversa alquimia que transforma orçamentos fiscais para composição do superávit primário e, por consequência, suga recursos sociais para pagamento e amortização dos juros da dívida pública.

3. O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DOS ATAQUES AO SERVIÇO PÚBLICO A PARTIR DE 2016

O governo de conciliação de classes, além de dar prosseguimento a essas contrarreformas, durante o período de 2003 a 2016, provocou um retrocesso nas lutas sociais e na organização dos trabalhadores. Em 2003, quando a Reforma da Previdência no governo Lula foi aprovada, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) sofre uma cisão, várias organizações rompem com a Central naquele momento.

A maior Central sindical da América Latina, a CUT, constituiu uma grande base de apoio dos governos do PT, compactuou com os ataques contra os trabalhadores e se distanciou dos processos de organização das lutas pela base. Os desdobramentos desse distanciamento ficarão mais evidentes a partir do golpe de 2016, quando uma série de contrarreformas direcionadas ao Serviço Público, de modo particular, na Política de Educação, começam a ser elaboradas. Os Sindicatos da base governista, mantidos distantes dos trabalhadores durante o período supracitado, esbarram com as dificuldades de mobilização e organização dos trabalhadores a partir de então.

Após o golpe de 2016, em pouco tempo a Constituição Federal/88 é alterada através de Emenda Constitucional, onde os investimentos com Saúde e Educação foram congelados por 20 anos. De acordo com simulação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o congelamento das despesas com saúde e educação, estas passarão de 4% do PIB em 2015 para 2,7% do PIB em 20 anos, quando a expectativa da população brasileira será 10% maior. Segundo dados da Auditoria Cidadã da dívida pública, a prioridade dada ao orçamento federal em 2017 continuou sendo o pagamento e amortização dos juros da dívida, comprometendo 39,7% dos recursos, enquanto para a Educação foi destinado apenas 4,1% e 4,14% para a saúde, sobre

³ Em 2016 é aprovada a EC-93, que aumenta o percentual de Desvinculação de Receitas da União para 30%.

esse ínfimo percentual, ainda há retiradas a partir da DRU, peça orçamentária que prevê, atualmente, a retirada de 30% do orçamento da Seguridade Social, que também serve para o pagamento e amortização da dívida, para se ter ideia, entre 2005 e 2010, os desvios da receita de contribuições sociais por meio da DRU foram na ordem de R\$ 228.7 bilhões.

Além da EC-95, outro golpe sobre a classe trabalhadora foi a aprovação da reforma trabalhista. Na Política de Educação esses ataques são acentuados com a Reforma do Ensino Médio, o projeto Escola sem partido (que embora não tenha sido aprovado, revela seus objetivos através do projeto de militarização da Educação na atualidade). Em abril de 2018 o Ministério da Educação (MEC) encaminhou uma proposta de reestruturação da Rede Federal de Educação Básica e Tecnológica. O governo Temer afirmava, à época, que a RESTRUTURAÇÃO dos IFs seria benéfica para a rede, esse é o mesmo governo que disse que a reforma trabalhista não retiraria direitos e que a reforma da previdência era necessária para organizar as contas públicas.

A avaliação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) sobre a proposta de reordenamento, naquele momento, era que a reorganização ocultaria um grande ataque à Rede Federal, o qual abriria espaço para as parcerias público privada, e a aproximação da rede ao sistema S. Importantes lutas foram travadas para frear essa proposta, que acabou sendo “engavetada” e voltando à tona, em 2019, de maneira reformulada através do *Future-se*, projeto que visava acelerar o processo de desmonte e privatização da Rede Federal de Educação, através da implantação de lógica empreendedora e mercantil à Política. Nenhum desses projetos avançou, mas cabe pontuá-los aqui, pois dentro do capitalismo as reformas reaparecem quando o cenário possibilita a sua execução.

Essas medidas também se voltaram contra os/as trabalhadores/as do funcionalismo público através do Decreto 9.262/2018, referente à extinção de cargos e novas contratações de servidores públicos; os diferentes ataques ao direito de greve; o incentivo ao Plano de Demissão Voluntária, dentre outros ataques.

Diante desse contexto de avanço neoliberal no cenário pós-golpe, parte da população brasileira apostava no retorno de Lula à Presidência da República em 2018, e conseqüentemente no retorno ao projeto que alguns autores apontaram como “neodesenvolvimentista”; por outro lado, a direita se organizava para dar prosseguimento, de forma acelerada, as medidas de ajuste fiscal, e a se manter no poder pelos próximos anos.

O projeto que saiu vitorioso naquele momento foi o de manter Lula distante do processo eleitoral, e para isso a burguesia não mediu esforços para colocar o principal nome da disputa à presidência na prisão – esse era mais um dos desdobramentos do golpe iniciado em 2016.

Com a impossibilidade de Lula participar da disputa, ganhou destaque um candidato, cuja trajetória política desprezível marca mais de 20 anos. Com a imagem de patriota, defensor da família tradicional brasileira e dos princípios cristãos, e combatente da corrupção, Jair Messias Bolsonaro convenceu grande parte da população a apostar em um programa político sem propostas para o Brasil, com uma campanha baseada em princípios morais e com características fascistas. Parte dos eleitores do anterior presidente votaram sob o argumento de que era necessário apostar no “novo” para mudar o Brasil; outra parte dos apoiadores de fato concordavam com o projeto de cunho fascista apresentado pelo candidato e sua equipe.

Bolsonaro não era, inicialmente, o nome que a burguesia escolheria para representar seus interesses, no entanto, com o crescimento do apoio populacional, e com as Propostas anunciadas por quem comandaria a economia, o Ministro Paulo Guedes, a guinada do Brasil à ultra direita foi configurada.

No primeiro ano do governo Bolsonaro a Reforma da Previdência foi aprovada. Anunciada desde o governo Dilma, atravessada por reformulações e recuos ao longo dos anos, ora em razão das mobilizações sociais e das greves, sobretudo dos servidores públicos, ora em razão das articulações necessárias que o governo buscava fazer no Congresso e Senado Federal. Acabou sendo aprovada em 2019, sob a égide do governo reacionário de Bolsonaro, com uma nova roupagem consideravelmente destrutiva para a classe trabalhadora.

A Reforma aumentou a idade e o tempo de serviço para a garantia da aposentadoria, a partir de então, a idade mínima estabelecida para homens é de 65 anos e 62 anos para as mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 20 e 15 anos respectivamente. A reforma também acabou com a regra da aposentadoria por idade, que exigia 15 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos para a mulher e 65 anos para os homens.

O Ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, defendia a reforma sob o argumento de que o governo economizaria 1 (um) trilhão de reais com a Seguridade Social, e que, com a economia desse montante, seria possível investir em saúde e Educação. No entanto, a EC-95, que limita os gastos com Saúde e Educação impossibilitará esse investimento, o que nos leva a afirmar que esse valor será direcionado para o pagamento dos juros da dívida pública. Na PEC-06, esse valor de 1 trilhão de reais, da suposta “economia” proveniente da Reforma, sairá do

abono salarial, do Regime Geral da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou seja, de trabalhadores cuja aposentadoria média é de até 1 (um) salário-mínimo.

O principal argumento utilizado para aprovação da Reforma da Previdência foi de que haveria um suposto déficit na Política. Até 2014, apenas a receita da Previdência Social, sem considerar o orçamento geral da Seguridade Social, já era superavitário. A partir de 2015, se considerarmos apenas as receitas da Seguridade Social, aparece um déficit, pois a Reforma trabalhista provocou um aumento da taxa de desemprego (de 6,5% em 2014 para 12,5% em 2015), e vários trabalhadores passaram a não contribuir mais para a Previdência Social. Contudo, o Orçamento da Seguridade Social, como já apontamos anteriormente, é constituído através de um tripé, com diversificação nas fontes que compõe este orçamento e todos os anos é superavitário. Se não houvesse desvinculação dos recursos para pagamento dos juros e amortização da dívida era possível garantir, e ampliar, os investimentos para as Políticas sociais.

No plano político, vários escândalos de corrupção foram anunciados envolvendo o anterior presidente, sua família e seus apoiadores, além de associação ao crime organizado – todas as problemáticas que ele havia prometido combater no processo eleitoral. Não foi apresentado, também, nenhum projeto de desenvolvimento do País. A Reforma da Previdência não possibilitou mais investimentos de outros países na nossa economia, como afirmavam, e na tentativa de fazer o Brasil “crescer” Bolsonaro deu prosseguimento ao conjunto de contrarreformas.

O objetivo do governo Bolsonaro passou a ser o redesenho do Serviço Público através da Reforma Administrativa. O DIESSE enumera os eixos da PEC-32: dificulta o acesso à estabilidade; cria a avaliação por desempenho; objetiva acabar com o regime jurídico único; propõe o fim das progressões por tempo; aumenta o poder do Executivo para extinguir cargos e funções; facilita as privatizações e as possibilidades de contratações temporárias por meio da terceirização.

A Reforma objetiva reformular o Serviço Público nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal), excluindo os parlamentares, magistrados e militares, categorias com maior remuneração e vantagens, distante da realidade de 57% dos servidores públicos, que os rendimentos se concentram na faixa de até 4 (quatro) salários mínimos.

O ano sombrio de 2020, com os efeitos da pandemia COVID-19 que ceifou muitas vidas, empregos, e intensificou os efeitos da crise mundial - que já apresentava sinais de desaceleração antes da pandemia.

A crise econômica mundial ganha cores dramáticas ao frear bruscamente a produção de riqueza nas maiores economias do planeta. Os preços do petróleo sinalizam a gravidade da situação, à medida que, de acordo com a Agência Internacional de Energia, neste mês, a demanda da commodity cai 29%. Esta situação se une ao fim do acordo assinado entre a Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo e a Rússia para reduzir a oferta e conter a queda dos preços que marcava presença em 2019. O forte encolhimento da demanda se une à manutenção da oferta e faz os preços do barril despencarem. (GENNARI, p. 07, 2020)

Emilio Gennari, no texto *o mundo nos tenebrosos horizontes de 2020*, expressa as razões que provocariam a crise econômica em todo o mundo. É certo que a pandemia imprimiu efeitos muito mais desastrosos, por todas as mortes e incertezas que o vírus provocou no mundo, mas o COVID-19 apenas antecipou o colapso econômico já previsto para acontecer um pouco mais tarde. Mas, os trabalhadores entendem que as condições que se colocaram para a classe atualmente têm como causa o coronavírus.

Embora um Programa de proteção social tenha sido aprovado, denominado Auxílio Emergencial (Lei 13.982 de 02 de Abril de 2020), cujo objetivo visou assegurar os mínimos sociais aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), chegando a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para as mulheres chefes de família, durante o período de isolamento social, visando amenizar os efeitos da situação de calamidade pública provocados pela pandemia do Coronavírus - COVID 19, esse programa não garantiu o atendimento às necessidades da classe trabalhadora.

Contudo, a maior parte do fundo público não foi utilizado com Políticas sociais, e sim para salvar empresas dos efeitos catastróficos da crise (*Estado mínimo para quem?*). Naquele período, com a maioria dos trabalhadores exercendo suas atividades de forma remota, o que colocou dificuldades de organização e resistência coletiva, as contrarreformas tomaram fôlego no Congresso.

Em 2022, no contexto das eleições presidenciais, surge uma perspectiva de mudança com o retorno de Lula à presidência. Após uma disputa acirrada no 2º turno, o projeto do PT derrotou o governo ultradireita de Jair Bolsonaro nas urnas. Embora Bolsonaro tenha sido derrotado nas urnas, o bolsonarismo continuou crescendo no País, além de também ter ganhado mais espaço na bancada do Congresso e do Senado, com o crescimento dos mandatos da extrema direita no poder executivo.

A partir de 2023, com o retorno do PT ao poder, é esperado que esse conjunto de medidas sejam suspensas e, para que isso aconteça, inicia-se uma série de lutas e mobilizações pela revogação das contrarreformas.

No cenário da Educação, há uma abertura de diálogo do MEC com as entidades sindicais, outro avanço se firmou na concessão da recomposição salarial em 2023, congelada nos últimos anos (ainda que o percentual tenha sido apenas de 9%, muito abaixo do que vinha sendo reivindicado). No entanto, embora as mesas de diálogos tenham sido reabertas em 2023, nenhuma recomposição salarial foi anunciada para os servidores públicos da Educação no mesmo período, o que levou esses/as trabalhadores/as a organização de uma das maiores greves da categoria para o período. Após três meses de lutas e mobilizações, algumas conquistas foram firmadas para o segmento técnico-administrativo, outras sutis mudanças nas carreiras dos/as docentes do magistério superior e EBTT.

No que se refere, por exemplo, ao Novo Ensino Médio, não houve avanços na revogação desse projeto, somente apontamentos de algumas mudanças, do mesmo modo que não houve posicionamento, até o momento, sobre a extinção das escolas cívico militares criadas no governo Bolsonaro.

Percebe-se, portanto, que embora o retorno de Lula à presidência tenha significado um respiro de resistência para a classe trabalhadora, e de modo particular, para os/as trabalhadores/as e estudantes da Educação, o Ministério da Educação tem demonstrado uma postura conservadora frente aos retrocessos que foram operados nos últimos anos.

4. CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Não temos a pretensão de trazer conclusões definitivas neste estudo, apenas apontar tendências emergentes que se apresentam nesse momento, e que se aprofundam à medida que avançam as crises no capitalismo.

Esse estudo procurou responder algumas indagações, apontadas na introdução desse trabalho, no entanto, seria pretensioso considerar que este artigo ofereceria respostas para questões tão complexas, e que estão em movimento constante dentro dessa realidade de contradição de classes. Porém, desses questionamentos traçamos alguns encaminhamentos para enfrentarmos esses ataques que foram pontuados ao longo desse trabalho.

1. Prosseguir na defesa do Serviço Público, com destaque para a revogação da EC no 95;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2. Rejeitar a permanência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o Orçamento da Seguridade Social;
3. Revogação das contrarreformas que precarizam o Serviço Público;
4. Suspensão imediata do pagamento da dívida, e auditoria cidadã já!
5. Intensificar a campanha salarial rumo à construção/realização de uma greve unificada do serviço público federal;
6. Fortalecer ou criar fóruns/ comitês em defesa do serviço público, nos âmbitos estaduais, municipais e no DF;
7. Fortalecer as ações de formação política nas nossas seções sindicais

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alison Cleiton. **A mercadorização dos serviços sociais públicos**: tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

BRASIL. **Decreto n. 9.262, de 09 de janeiro de 2018**. Dispõe sobre a extinção de cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9262.htm#:~:text=D9262&text=Extingue%20cargos%20efetivos%20vagos%20e,para%20os%20cargos%20que%20especifica. Acesso em: 29 ago. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Salud**: documento de política sectorial. Washington, D. C., 1975.

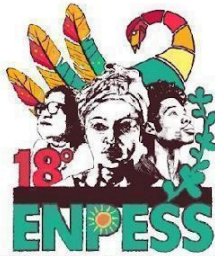
BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica, perversa alquimia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 87, p. 26-55, 2006.

DEITOS, R. A.; FORNARI, M. O banco mundial e a reforma do ensino médio no governo Temer: uma análise das orientações e do financiamento externo. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 19, n. 39, p. 1-18, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47181/29253>. Acesso em: 06 jul. 2023.

FATORELLI, Maria Lúcia. O ajuste fiscal alimenta o corrupto sistema da dívida. Blog *Marxismo21 - Dossiê ajuste fiscal*, out. 2015. Disponível em: <http://www.marxismo21.org>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

FIORI, J. L. Os moedeiros falsos. Edição Nacional. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 jul. 1994.

GENNARI, Emílio. O mundo nos tenebrosos horizontes. 2020. 4 maio 2020.

_____. O mundo no vendaval da crise. 1 jul. 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O capital**: crítica de economia política. Livro 3: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Disponível em:

<http://br.monografias.com/trabalhos2/quantitativo-qualitativo-oposicao/quantitativo-qualitativo-oposicao.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2010.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: _____. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Gênesis de Oliveira. **Fundo Público e crise do capital**: expropriação e flexibilização dos direitos dos servidores públicos. 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.